

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.446 - SP (2019/0118373-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARCO ANTONIO VIDAL
ADVOGADO : MOACYR PADUA VILELA FILHO - SP228914
AGRAVADO : BANCO BMG SA
ADVOGADOS : EDUARDO CHALFIN - SP241287
ILAN GOLDBERG - SP241292
MIRELA SAAR CAMARA E OUTRO(S) - SP355948

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MARCO ANTONIO VIDAL, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. Empréstimos consignados. Alegações genéricas de inscrições indevidas no cadastro de inadimplentes, por dívidas que o autor não reconhece. Conjunto probatório suficiente para concluir pela licitude dos apontamentos. Sentença mantida. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Reconhecimento. Alteração da verdade dos fatos. Pagamento de multa prevista no artigo 81 do Código de Processo Civil. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO (fl. 119).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o

foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente